

## ATA Nº 727/2023

Iniciada a SESSÃO ORDINÁRIA de 11 de novembro de dois mil e vinte e três, o Presidente abriu a referida sessão: Sessão ordinária do dia 11 do 12 de 2023. Senhores vereadores, conforme previsão legal nos termos do regimento interno desta casa, lei orgânica, eu declaro aberta e instalada a presente sessão ordinária. Cumprimento aqui os colegas vereadores, cumprimentar também o seu Ari Roman, que está presente aqui hoje, os assessores. Minha saudação às pessoas que nos acompanham através das rádios e do Facebook. Está em discussão a ata número 726 de 2023, da sessão ordinária realizada no dia 7 de novembro de 2023. Não havendo manifestações, coloquem votação. Quem estiver de acordo permaneça como está, quem for contrário que se manifeste. Aprovado por unanimidade. Informativos da Câmara Municipal de Vereadores. Solicita ao secretário que efetue a leitura dos informativos. Protocolamos três projetos de lei, sim denominados distribuídos vereadores e denominando os relatores. Projeto 55, que revoga as leis municipais nº 362, de 10, do 10, 95, e nº 367, de 11, do 12, 95, das outras providências. O relator desse projeto é o vereador Valdecir Schenatto. Projeto 56, que também é de 6 de dezembro, cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, Compudec, que é o Conselho Municipal de Defesa Civil e o Fundo Municipal de Defesa Civil do município da Outras Providências. O relator é o vereador Vilmar Ignacio Pelin. E o projeto, o último, o 57, que altera a tabela 10, Plano de Amortização, do artigo 13 da Lei Municipal 1047 -2022 e das outras providências. Relator, vereador Alcir Steffani. Nós recebemos o ofício do Executivo Municipal referente ao pedido de formação nº 04 -2023, portanto dentro do prazo legal, que está aqui comigo. Eu vou fazer a leitura do mesmo, e será distribuída uma cópia para cada vereador, pois existe uma relação de cadastro dos colaboradores da empresa, que é necessária a avaliação de todos. Ofício 204, ao excelentíssimo senhor Marcelo Corso presidente da Câmara Municipal de Vereadores, cumprimentando -o, vimos, respeitosamente, através desse responder o pedido de informação em relação ao 04 -2023, referente à Lei Municipal nº 1 .686, de 2023. A empresa José Lucas Tiepo, aqui tem o CPF, está instalada no município de Ibiacá, iniciou suas atividades a partir do mês de maio de 2023, quando da assinatura desceu o termo de compromisso, resultante do processo licitatório de concorrência 001 -2023. Em relação à geração e manutenção de empregos, também considerando a mão de obra local, disponibilizamos, anexo à planilha de contratações, que nos enfatiza a rotatividade das pessoas, dificultando a constância da permanência no trabalho e, em contrapartida, a empresa está buscando se solidificar a cada dia, cada dia a mais, para consolidar novos postos de trabalho e contribuir com a sua parte no termo de compromisso com o município. No que tanha a forma de recrutamento, nos termos de conhecimento, é critério da empresa. Sem mais para tratar nesse momento, estendemos nossa estima e consideração. Ulisses Cecchin, prefeito municipal. Então, junto tem essa relação do cadastro dos

colaboradores, né? para que os vereadores tirem suas dúvidas a respeito de se estar de acordo com a lei municipal, a 1686 de 2023. Então, temos que comparar o que gosta na lei com relação a estar dentro dos requisitos necessários que foi assinado pela empresa e pelo município. Também informamos que a sessão do dia 25 de dezembro, que caiu justamente no Natal, será antecipada para o dia 21, na quinta -feira, quando também será realizada a eleição para a mesa diretora e comissão única de pareceres. Então para dar ampla publicação, iniciamos por aqui com a leitura do comunicado. Posteriormente vai ser afixado, mandado fixo para o Executivo e outras entidades. Comunicado. Alteração da data de sessão ordinária. Faça o público, para todos aqueles a quem possa interessar, que é o Poder Legislativo de Ibiacá, Estado do Rio Grande do Sul, em decisão tomada por seus membros integrantes, decidiu antecipar a data da realização da sessão ordinária, que estava prevista no calendário de sessões para o dia 25 de dezembro, segunda -feira, para o dia 21 de dezembro de 2023, quinta -feira, às 19h, a ser realizada na sala das sessões da Câmara Municipal de Vereadores desta Municipalidade. Afixe este comunicado no ato da Câmara Municipal de Vereadores, no caso de costume, para todos os fins legais, do Gabinete da Presidência, aos 11 dias do mês de dezembro de 2023. 23. Sino, presidente da mesa, vereador Marcelo Corso. Então, foi decidido que é o dia 21, para todos os vereadores aí. Não precisa mais... Prosseguindo aqui com a leitura. Na hora do dia, então, temos três projetos. Também temos uma indicação da autoria do o vereador Vilmar Inácio Pellin. Então, eram essas as informações do informativo. Obrigado, secretário. Grande expediente. Convoco a secretária da mesa, a vereadora Silmara, para que tome as inscrições ao grande expediente. Senhor presidente, colegas, assessores da casa, ao visitante, ao seu ex -vereador Ari, a vocês que nos acompanham em suas casas, boa noite. Vereador Belchior? Não. Vereadora Diana? Sim. Assunto? Diversos. Vereadora Edmar? Não. Vereadora Silmara? Não. Vereador Valdecir? Sim. Assunto? Diversos. Vereador Vilmar? Sim. Assunto? Diversos. Vereadora Alcir? Sim. Assunto? Diversos. Vereadora Altemir. Obrigado, secretária. Com a palavra, a vereadora Diana. Boa noite, Sr. Presidente e nobres colegas. Ao ex -vereador presente aqui esta noite, Ari Romã. Meu boa noite a todos que nos assistem das suas casas também. Então, quero primeiramente aqui fazer um agradecimento na pessoa do Lenoir, que esteve aqui presente nesses 30 dias e desempenhou muito bem o seu papel dentro desta casa. Quero então, Lenoir, deixar aqui o meu agradecimento pelo seu trabalho e dizer que estamos juntos. Segundo também, quero falar aqui que, nesse período de afastamento, recebi algumas demandas referentes à educação no município. Eu acho que esse assunto é de extrema importância para ser tratado, onde é a falta de profissionais habilitados para atender certas matérias que são obrigatórias dentro da escola. Então, primeiro, segundo a Lei nº 11 .769, de 18 de 8 de 2008, o ensino da música é obrigatório, porém, na Escola Ricardo Durigon, não há professor para nenhuma das séries de ensino fundamental desde maio deste ano. Outra matéria também obrigatória, segundo a Lei nº 93 -94, é o ensino de uma língua estrangeira. E os alunos do Fundamental 1 estão sem esta matéria desde o dia 18 de setembro. Isso é um terço

do ano letivo sem professor. Outro profissional de extrema importância, que também está faltando, é o professor de reforço. Este ano, o município fez um investimento e me reforçou aqui. Uma pessoa que veio até mim fazer esse pedido. fez um grande investimento em assessoria, com a profissional Fernanda Schneider. Porém, desde o início, a assessora pediu que todos os alunos com dificuldade deveriam estar com o reforço escolar no ano de 2023. Foi tido apenas um professor de reforço para os alunos da turma da manhã e uma tarde por semana no turno da tarde. A demanda de alunos com dificuldade é elevada e esse profissional não consegue atender a todos que necessitam. Para que tenhamos uma educação de qualidade, como tem sido defendido na atual administração, esses pontos com certeza devem ser melhorados e olhados com urgência, pois nossas crianças estão sendo prejudicadas. Então, essa foi uma demanda que eu recebi de alguns pais e, nesses 30 dias, eu também tentei conversar com mais pessoas, ver se realmente isso estava ocorrendo dentro da escola, e, sim, está. Então, eu acho que esta questão deve ser vista e revista por quem está dentro dessa situação, enfim. Era isso, senhor presidente, hoje. Obrigado, vereadora Diana. Com a palavra, o vereador Ferpa. Senhor presidente, novos colegas, assistentes, internados, boa noite. Também quero saudar o nosso ex -colega vereador aí. Eu tenho aí, seu presidente, o pessoal me cobra muito sobre as estradas, que estão com uma dificuldade muito grande, até as gerais e as entradas de sedes de moradias que não estão conseguindo sair. Então, vários moradores lá do assentamento do Três Pinheiro, da Vila Vitória... Então, o pessoal está cobrando. Eu sei que está difícil por causa da chuva, mas temos que trabalhar e remangar as mangas para nós. tentar e ajeitar essas estradas. Eu sei que está difícil, acho que está com falta de operadores, de repente até de máquinas, porque o município também não é pequeno. Isso eu sei, porque trabalhei de secretário. Então, pedi mais uma vez para dar uma reforçada, aí para que agilizem, tentem aproveitar os dias que dá de tempo bom para ajeitarem essas estradas. É isso aí, Sr. Presidente. Obrigado, vereador Ferpa. E para ajudar ainda hoje, estourou o motor daquele caminhão que faz o transporte da Draga, enfim, que foi comprado no ano passado, aquele caminhão foi comprado por um valor bem alto, estourou o motor hoje. Com a palavra, o vereador Chiquinho. Obrigado pela palavra, senhor presidente. Cumprimento vossa excelência, estendo aos demais pares, nosso ex -vereador Ari Roman. Cumprimento também, principalmente, aos ouvintes e telespectadores que nos acompanham pelas redes sociais. Hoje, senhor presidente, quero falar sobre a situação do hospital. Federal, eu acho que quem acompanha as redes sociais pode ver que o nosso secretário da saúde publicou a CND, Certidão Negativa de Débito da Fundação Hospitalar, onde o hospital está regular com a Receita Federal. Até aproveite, Sr. Presidente, para passar as vossas mãos, a CND. E não podemos deixar de comentar sobre a situação que a administração do Ulisses, situação caótica da situação financeira que foi recebida pelo prefeito Ulisses. Tínhamos uma dívida acima de dois milhões. Evidentemente a Fundação Hospitalar de Ibiaciá é um órgão público. Mas se a Prefeitura não repassar os recursos, como também foi repassado nas administrações anteriores e agora está sendo repassado,

a Fundação Hospitalar de Ibiacá não consegue sobreviver. Então, ela tinha uma dívida de mais de 2 milhões de reais. Não bastasse isso, tivemos aquele corte das Secretarias Estaduais da Saúde, que nos mandava 25 mil reais todo mês. Decorridos 3 anos, 36 meses, perdemos algo que daria 900 mil reais. corrigido e colocado as devidas correções, a gente perdeu um milhão de reais. A Fundação Hospitalar de Ibiacá deixou de receber, até o final de 2023, um milhão de reais. E temos ainda uma longa história pela frente, pois não vai ser em 2024, não vai ser em 2025, que nós vamos alcançar novamente o patamar de 25 mil reais que a Fundação Hospitalar recebia todo mês, por negligência de quem estava no comando. Ainda para piorar um pouco mais a situação, começou a chover os processos de execução fiscal pela Receita Federal, algo em torno de 19 processos. Com esses processos de execução, tivemos o bloqueio das contas bancárias, inclusive o repasse da Prefeitura teve que ser revisto, porque se entrasse dinheiro nas contas do hospital, imediatamente era bloqueado em favor da Receita Federal. Inclusive, tínhamos uma forte possibilidade de fechamento do hospital por parte da Justiça, para cumprimento do pagamento dessa dívida. O que aconteceu, acho que o vereador Belchior lembra, que a direção do hospital nos chamou lá com três intimações que não sabiam o que era e como era da Receita Federal, me chamaram para ver o que era e se tinha solução. E eu falei que se tratava de uma intimação e que tinha que ser consultado um advogado e imediatamente fomos até o prefeito, pegamos o assessor jurídico, que ele não tem nada a ver com a Fundação Hospitalar de Ibiacá, mas aqui nós temos que dar mérito ao Márcio, Márcio Pires, que agarrou com as duas mãos essa questão e nos ajudou. Ele não tem conhecimento dessa causa, das execuções da Receita Federal, mas nos indicou um escritório de passo fundo muito competente, onde então nós fomos uma tarde, eu fui com o prefeito, com o Márcio e com o Tiago Antonietti, que dá assessoria, ele é o diretor do Hospital São João de Sananduva e fomos até o passo fundo onde expomos aos advogados e nós queríamos que eles fizessem um estudo da situação total do hospital, não somente dessas três execuções que estavam sendo recebidas, mas de toda a situação do hospital, onde então eles encontraram dezenove processos, e desses dezenove processos, eles disseram que três processos, que dava em torno de R \$ 700 mil, nós tínhamos grande possibilidade de anular esses processos por vício ou por decadência. R \$ 70 mil, eles queriam R \$ 100 mil. Choramos, conseguimos por R \$ 70 mil. Pois bem, o prefeito mandou um projeto para a Câmara de Vereadores. Câmara de vereadores, aprovou por unanimidade, repassamos os 70 mil reais para eles e eles entraram com essa ação na justiça. Conseguimos todos os pedidos que nós estávamos pleiteando, que era o desbloqueio das contas, ou seja, o hospital conseguia desbloquear. Para discutir No processo, a fundação ofereceu o próprio patrimônio e o próprio prédio, o edifício do hospital. A Receita Federal não aceitou. Os advogados entraram na Justiça e a Receita Federal foi obrigada a aceitar. E também a assistência judiciária gratuita. A gente sabe que quem perde a questão, o juiz hoje determina que os honorários da sucumbência, da parte que perde, gira em torno de 10 a 20%. Então o hospital poderia, discutindo 700 mil, podia ser condenado a pagar de mais 70 a 140 mil reais. Graças a ele

conseguimos a assistência judiciária gratuita. E também conseguimos liberar a CND, que é essa que eu passei pelas mãos do presidente. E o que a CND possibilita? Possibilita que agora também nós, vereadores, assim como o Executivo, assim como os partidos políticos, possam pleitear recursos para a Fundação Hospitalar de Ibiacá, pois antes uma das exigências para a liberação de recursos era estar em dia com a Receita Federal e o hospital não estava. Pois bem, a CND permite isso, inclusive permite que a Fundação Hospitalar de Ibiacá consiga entrar no, habilitar nos projetos dos HPP do hospital. Os HPP são hospital de pequeno atendimento. Graças ao governo do estado tem esse projeto, inclusive parabenizar o vice -prefeito Jones que está se empenhando efetivamente nessa conquista e creio eu que vai ter liberação de recursos, pois temos que adquirir alguns equipamentos para enquadrar o hospital como HPP, hospital de pequeno porte, melhor dizendo. Esses três processos foram negociados. Sobravam ainda 16 processos, que a gente até podia, vereador Belchior, deixar que rolasse para adiante. Mas não. A gente pediu para os advogados que nós queríamos uma solução. Sobravam ainda dezesseis processos, quase um milhão seiscentos e cinquenta mil reais. Inclusive uma vez fomos a Brasília com o prefeito, fomos no Ministério da Saúde, por coincidência, fomos almoçar no restaurante do Congresso e ao nosso lado sentou uma pessoa muito humilde, o general Braga Neto, ex -ministro da saúde e então deputado federal pelo Rio de Janeiro. Sentamos com ele, conversamos enquanto almoçávamos, explicamos a situação do hospital. Prontamente ele se dispôs a receber nós no gabinete, como ex -ministro da saúde. Fomos lá depois, nos recebeu e infelizmente ele não tinha muito mais assessores lá dentro, mas nos indicou uma pessoa que conseguiu nos atender. Entramos lá no Ministério da saúde, é uma burocracia muito grande você ter acesso lá dentro, mas nós conseguimos entrar lá, não tivemos muito sucesso, mas conversando com a servidora federal, nos disse que desde 2022 tramitava na Receita Federal um projeto para que houvesse um parcelamento das dívidas dos hospitais em situação crítica, como estava, como se encontrava o nosso hospital. Pois bem, diante disso, a direção do hospital e toda a equipe dos hospitais que treinam saúde, também o Márcio Pires, principalmente, se mobilizaram para deixar os papéis todo em dia, para que, abrisse o parcelamento, a fundação pudesse se habilitar. Enquanto isso, pela outra frente, os advogados peleavam lá na justiça para que liberasse a nossa CND? Pois bem, abriu o parcelamento e conseguimos reduzir a dívida, que era quase de um milhão seiscentos e cinquenta reais, para seiscentos e trinta e três mil reais. E ainda conseguimos parcelar essa dívida em 60 vezes. Além de ganhar um desconto de um milhão e pouco, ainda parcelamos essa dívida em 12 parcelas de R \$ 8 .023 e depois 48 parcelas de R \$ 10 .833. Evidentemente que isso extrapola a atual administração, mas para o hospital é um baita negócio, pois conseguimos um milhão e pouco de desconto. Aí, vereador Belchior, eu me pergunto mais uma vez, por que a melhor administração de Biasar não fez isso? Pois bastava pegar a situação do hospital, todo mundo sabe que a situação do hospital vem se arrastando a décadas. Perdemos em quatro anos, nós vamos perder um milhão e duzentos mil reais, que seriam daqueles vinte e cinco mil

reais que o Estado mandaria todo mês. Então a nossa dívida, o nosso parcelamento de seiscentos e trinta e três mil reais, Ele podia ser pago à vista com um desconto maior ainda e sobraria 600 mil reais. E não levem isso, gente, como dizer assim, ou falar mal da administração passada ou alguma coisa assim. Não. Não é isso. Mas nós, como vereadores, nós temos que apontar essa situação. Quem é os responsáveis por uma coisa dar errado? Se a coisa dá errado tentando acertar, tudo bem, mas às vezes, por desleixo, a sociedade não pode ficar calada e a gente tem que dar nome aos bois. Então, a situação, alguns me perguntam, a situação do hospital está resolvida? Não, ela não está resolvida, mas estamos no rumo certo, acredito que o caminho está indireitado, porque essas parcelas, essas prestações do parcelamento estão sendo pagas pela própria fundação hospitalar de Biasá. Como diz o secretário e a Jússi, aos trancos e barrancos, mas elas estão conseguindo vencer essas parcelas, porque não veio ainda para a Câmara um aumento das transferências por parte da prefeitura. Então o hospital está no caminho certo, está conseguindo dar a volta, é apenas o começo, é penoso, vai ser penoso por 60 meses. E se nós não tivéssemos perdido o reforço, aquele 1 milhão, hoje a situação da China é tranquila. Coloque 600 mil dentro da Fundação Hospitalar de Então, colegas, nós temos que estar atentos, nós temos que fiscalizar. A Secretaria da Saúde tem que estar em sintonia com a administração do hospital, pois, como eu falei, o hospital não é uma entidade pública, mas o município tem interferência direta no hospital, e hoje eu vejo o Secretário da Saúde em sintonia fina com toda a equipe do hospital, a direção do hospital e com o Executivo Municipal. Então era isso, seu Presidente, só para esclarecer como é que estava a situação do hospital e hoje, graças a Deus, a gente tem a CND que nos possibilita buscar recursos para a Fundação. Muito obrigado. Obrigado, vereador Chiquinho. Com a palavra, o vereador Alcir. Sr. Presidente, colegas vereadores, o ex-vereador Ary Roman, que se encontra aqui, o povo que nos assiste e nos ouça, e os nossos ajudantes aí, que ajudam nós na casa, a nossa assessoria. O meu boa noite. Então, hoje também eu queria lembrar umas coisas e responder até, porque quando a gente é perguntado, a gente tem que fazer algumas esclarecimentos. Então, na última sessão aqui, acho que o povo está lembrado, eu fiz uma indicação para comprar um aparelho de ultrassão para o nosso veterinário trabalhar para atender os produtores. E falei também de um programa que torno a falar, de um programa do PROMEGE, que queria Deixe -me apenas declarar umas coisas e lembrar. Tem uma lei, 962, de 24 de 11 de 2009. Lembrando que 24 de 11 de 2009, o nosso prefeito era o mesmo prefeito que está hoje. Onde foi trabalhado, foi feito esse programa, um programa que era bom e eu acho que ele continuaria. Mas assim, preferência de programas, cada um dá porque precisa. Eu até respeito. Onde nessa data nós tínhamos 250 produtores de leite no município. Então foi botado o dinheiro, foi comprado o botijão de semem, foi comprado o semem, foi dado o curso, mais ainda, a Colate participava com nós e a Emater que organizava também o programa. Então esse programa começado lá, onde ele foi, um programa que foi até vindo pro nosso prefeito na época, dá pra lembrar isso, onde foi muito visto em municípios de fora vieram atrás pra copiar esse programa e fazer. Então acho que é um programa que

já faz 15 anos. Lembrar também que esse programa no estado, em 2013, foi botado o programa de inseminar. Então veio um carro também, veio mais um botijão de seme doado pelo estado do Rio no Rio Grande do Sul, esse carro tá aí até hoje, esse carro foi ocupado bastante, foi um projeto que foi muito bem feito, a Secretaria entendeu isso e destinou mais esse SEME, na época eu acho que foi 350 doses, eu bem lembrado, não tô, então sempre foi botado dinheiro nesse programa, e nesse programa, o que esse carro do inseminar, ele tá ainda para ser usado para que? Para ir visitar os produtores, depois quando foi para renovar isso, foi renovado e foi pedido para ficar para o secretário também e visitar os produtores rurais para saber como estava andando o programa. Então ele está aí até hoje, a nossa secretária poderia ocupar esse carro tranquilamente para visitar e ver como é que se encaminha o programa. Então, nesses anos, foi botado seme, sempre teve seme do município, todos os anos o prefeito Ulisses fazia essa campanha e era colocado. Mais uma campanha, a última campanha que nós fizemos foi em 2020. Então, já era o prefeito Cláudio. O programa foi comprado em 1212 de dezembro e foi distribuído. Aí nós tínhamos 135 produtores ainda no município. Então a EMATER fez o cálculo, se inscrevia na EMATER, todo mundo retirou o semem a cooperativa que nós dava o apoio, Colate recebeu também, onde o produtor vinha e dizia com quem que queria fazer a inseminação. Então os particulares, o Adroaldo também botou no botijão dele para ajudar o programa, quem tinha botijão de seme particular colocou suas doses de seme. Então tinha 16 ou 17 produtores que tinham os botijões, que eram da prefeitura, que eram do programa, eles estavam no programa e receberam suas doses de seme. Dessas mil doses, era só ter feito, quando a gente saiu, ou ir nos produtores, ver quantas terneira e quantas vacas tem hoje, em produção, que está dando então. Então dizer que um programa que foi conservado por 15 anos, dizer que ele não deu certo? Não, eu acho que eu entenderia, então dizer que não é uma prioridade da administração não colocar dinheiro neste programa. Então essa fica um pouco para a gente achar e ver. Porque hoje a gente não sabe quantos produtores nós temos ainda e quantos a gente pode ajudar. Então esse era um do assuntos que eu tinha para tratar hoje. Outra lembrança que eu queria dizer para o povo e quem nos escuta, onde na última sessão o nosso colega, hoje eu acertei em chamar, Belchior, naquela eu me enganei, ele Ele falou que nós mandávamos pacientes que não podiam se cuidar para Porto Alegre de Unesul. Eu acho que temos que procurar essa informação lá na Secretaria da Educação, tem gente que trabalhava junto com nós e ainda trabalha. Mas dizer que nessa época também, lembrar que foi comprando os quantos caros para a Secretaria da Saúde, os caros novos, que estão trabalhando hoje. Queria só lembrar uma coisa assim, que nessa administração não foi comprado, então se separaram de Indianos do Sul, alguém deixou os carros novos para hoje, para poder levar os pacientes de carro para Porto Alegre. E quando eles chegavam em Porto Alegre, quando eles iam no Sul, quem ia consultar ou podia se cuidar sozinho, tinha um carro esperando na rodoviária, e levando, e levando, onde era consulta, e levando de volta. Então essas coisas a gente tem que falar um pouco também para lembrar a população como é que foi e para dizer que tem gente lá na

secretaria que estava na época do ex -prefeito e desse aqui também agora. Então o assunto das estradas aqui, essa é uma cobrança que tem. Então todo dia alguém liga, precisa de uma carga de briga. Eu sei que o tempo tá trabalhando mal, mas eu acho que quando o tempo tá bom, então a gente podia aproveitar. A minha preocupação é quando chega a safra, pro pessoal tratar de tirar o produto. Hoje tem só mais uma semana de aula, os alunos que vêm na aula quando chove, os leiteiros. Então esse é o problema. Então esse, daria de dar uma adiantada também. contratar umas máquinas, porque de repente a opinião, tem a opinião do pessoal também que diz isso. É melhor de repente nós pagar do que construir. É melhor de repente nós pegar umas máquinas, pagar, do que comprar umas máquinas e fazer esse trabalho. Então eu acho que isso foi colocado, então a gente pode fazer isso também. Mas esse era um assunto que o meu colega falou. Então eu só queria colocar um pouco aqui do hospital, dar os parabéns a gente que os vereadores aprovaram, quando o hospital botou um recurso aqui para nós armarmos um advogado, e dizer também que essa dívida, eu me lembro que quando nós fazíamos nossas reuniões, que eu fui secretário no tempo do prefeito Ulisses, nós estávamos com essas dívidas. Na época nós tentamos negociar e elas não deram e elas continuaram. Então, se ele recebeu agora com dívidas altas, ele também entregou à prefeitura, ficou oito anos lá no comando, também entregou com dívidas. Ele não pagou todas as dívidas. E não vai ter nenhum prefeito que vai pagar, e nem agora ele não vai pagar essas dívidas. Então, eu acho que, nesse ponto, podemos dar até graças a Deus que hoje temos governo e coisa que a gente possa sentar e negociar, e conversar e negociar. Não foi só Ibiacá que negociou dívidas, que a gente sabe que outros municípios também negociaram. Que bom que hoje a gente possa sentar e negociar dívidas de produtor. E ainda, por fim, senhor presidente, eu queria deixar aqui até o meu repúdio, como diz os nossos colegas, que pode ser, onde o vereador Chiquinho, o Vilmar, na última sessão, ele Ele se referiu a um vereador, um vereador de Lagoa Vermelha, que ele falou aqui nesta casa. Então também, quando refugia essas coisas, eu acho que a gente tem que lembrar um pouco aqui, quanta arrogância, né Belchior? Bem tipinho daquele povo, que é esse povo que estava na audiência pública. O Tipinho e os colegas dele, que aqui não sabiam de que partido ele era, mas eu reforço que ele é do PDT. Quem falou isso foi o Vilmar. Então eu acho que quando a gente trata de pessoas, e ainda diz, a maioria daquele povo que estava na audiência pública. Então se nós, quando se referiu a isso, deve ter se referido a nossas pessoas, ou se referiu a quem? Se era nós que estávamos lá e o cara era do partido de esquerda. Então acho que a gente tem que rever também que se é por causa que a gente fala as palavras erradas aqui porque não tem estudo, que acham que o partido é melhor e é maior, o outro partido, então eu acho que isso aí é fazer um descaso com o povo que estava lá na audiência pública, onde bastante me pediram isso. Qual era esse povinho? Não, digo, acho que é aqueles que não são do, que são partido da esquerda. Então você se coloca onde é que você acha que tem que Então eu acho que isso aí é umas palavras que tem que ser lembradas, que eu acho que eu, com respeito também à gente, gostaria de até ter aqui nesta casa e fora, para aquelas pessoas que estavam ali, que



estavam ouvindo, que cada pessoa que foi ali e se manifestou na audiência pública, ele se manifestou, é uma audiência para tu se manifestar e falar o que tu pensa. O cara, se o cara foi infeliz, eu acho que tinha que ser ele, e por nome, e não dizer que era daquele povo que estava aí, que era a maioria, que pensa assim ali. Não é isso que a gente quer, e é o que a gente espera. Então, era isso, senhor presidente. Obrigado. Obrigado, vereador Alcir. O vereador Chiquinho pediu, só para corrigir, é um assunto do hospital, não é, vereador? Isso. Eu mencionei que nós encontramos com o general Braga Neto, na verdade não é o Braga Neto, era o general Pazuello. Obrigado, presidente. Vamos então para a ordem do dia. Projeto de lei número 55 de 2023, de 6 de dezembro de 2023. Revoga as leis municipais número 362 de 10 de 10 de 1995 e número 367 de 11 do 12 de 1995 e da outras providências. O relator é o vereador Valdecir Schenatto. Sr. Presidente, são novos colegas, então já saudei. Então, artigo 1º. Fica revogada a lei municipal número 362 de 10 de 10 de 1995 que estabelece novo ordenamento do estacionamento de veículos automotores na rua 15 de novembro entre as ruas Marechal Theodor da Fonseca e Caxambu, e a Lei Municipal número 367, de 11 de 12 de 1995, que regulariza o trânsito em via pública e urbana. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, justificando a tal proposição, em virtude dessa lei, estarem em desacordo com as regras atuais dessas ruas. Então, mais prático, vamos dar uma explicada aí, aonde que ficam localizadas essas ruas. Então, essa, 15 de novembro, é a que sobe, que seria lá na frente do clube, onde tem o estacionamento público, aliás, público, que ali vai ser mudado, que tem a lei que foi aprovado lá em 1995, que, na verdade, seria a rua inteira, e está só meia rua, praticamente meia rua, de um lado só, que está oblíquo. Então, ali, provavelmente vai ser estacionamento contínuo. E também a rua que tinha ali no 15 de novembro, aliás, a Rua do Interventor, entre a Rua São João e Marechal Castelo Branco, na cidade, via preferencial. Então, seria essa que passa na frente aqui da Câmara, no frente do Banco do Brasil, a principal seria a avenida. E lá naquela que sobe, ela não seria avenida. Mas hoje, como ela está sendo utilizada como avenida, só mudaria a lei, porque já está sendo, o trânsito está exercendo com a preferencial naquela rua. Então, eu não vejo como não mudassem as leis. Então, eu sou favorável a esse projeto e peço aos colegas que também assim o façam. Muito obrigado. Obrigado, vereador Ferpa. Mantenha o projeto em discussão. Com a palavra o vereador Belchior. Obrigado, presidente. Minha saudação ao senhor, saudação aos demais vereadores, a você que nos acompanha da sua casa, aos que também nos acompanham nesta noite aqui na Câmara. Eu gostaria só de fazer duas observações. A primeira é que, na verdade, a Rua 15 de novembro é não a rua que passa em frente ao clube, é que ela é 15 de maio. A 15 de novembro é aquela que passa em frente à bodega do Tio Garrafa, ali entre a Marechal de Eudora da Fonseca e a Rua Caxambu. Então, é bem ali onde mora a Olga Picolotto, onde mora o morava o Luiz Lenz. Ali é que é o trecho da Rua 15 de novembro. E a outra observação que eu gostaria de fazer. É até também a título de conhecimento, né? O conhecimento não ocupa espaço. Na verdade, aquilo que a gente comentava aqui antes de começar a sessão, disse, olha, na verdade essas duas leis a gente pode realmente revogá-las e abandonar, porque

o que que acontece? A legislação de trânsito, ela tem uma pirâmide de prioridades. E essa pirâmide de prioridades está lá no artigo 89 do CTB. E eu vou só fazer a leitura aqui para os senhores, que o artigo 89 do CTB diz o seguinte, a sinalização terá a seguinte ordem de prevalência, inciso 1º, as ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais, inciso 2º, as indicações do semáforo sobre os demais sinais, inciso 3º, as indicações dos sinais sobre as demais normas de trânsito. Ou seja, o que a gente pode concluir? A base da pirâmide são as normas de trânsito, ou seja, aquilo que tá no CTB, aquilo que tá na lei. Depois, acima da... no segundo degrau, digamos, da pirâmide, estão a sinalização de trânsito. Está a sinalização de trânsito. Ou seja, independente do que a lei está dizendo, se nós tivermos uma placa de par e uma placa de dia -preferência, o que vai prevalecer é aquela placa. Porque ela tem prevalência sobre as normas de trânsito. Depois, um degrau acima, nós temos a semaforização, que nós não temos aqui, os semáforos. E no topo da pirâmide está a ordem do agente. Por É isso que se você estiver em um lugar, independente de ter semáforo, independente de ter placa, se tiver um agente de trânsito lá dizendo que você deve fazer tal manobra, você vai obedecer porque é a ordem que está no topo da pirâmide. Esta pirâmide, por certo, não é absoluta, ela tem uma exceção, e essa exceção está no artigo 29, lá no inciso 7 do CTB, ele vai dizer o seguinte, os veículos de prestação de socorro, ambulância, viaturas policiais, e tem lá o decorrer do texto, elas têm preferência sobre os demais veículos em caso de urgência. Então o que isso quer dizer? Que neste caso em específico a norma se sobressai a sinalização de trânsito, mas essa é uma exceção. A regra é onde tem placa a gente obedece a placa independente do que diz a norma. Então era só esse comentário também para a gente, título de conhecimento, onde a gente tem uma placa ali e ela prevalece sobre a norma de trânsito independente do que a norma diga. É isso, presidente. Muito obrigado. Obrigado, vereador. O projeto continua em discussão. Agora, aqui no projeto, até levantou uma dúvida para mim aqui. Gostaria que alguém esclarecesse isso. Porque, pelo que a gente estava explicando aqui, onde estaciona o Oblíquo é na frente do Clube Série. Pois é. Só para a gente organizar, me permitam a parte, vereador, só para a gente, obrigado, na verdade é justamente isso, é o que o projeto de lei está dizendo, a sinalização de trânsito lá não é mais isso que está na lei, então não tem porque a gente manter a lei, vamos acabar aqui, vamos revogar a lei porque ela está obsoleta, ela não está sendo aplicada ali no local. É isso. Obrigado. O vereador Belchior, por regular a lei, então não tem nada a ver com o estacionamento lá no clube. Então, ferro para isso. Eu acho que era um erro que estava sendo documentado aqui, que é onde a gente estava falando de uma rua. É a outra rua que está ok. Bem explicado. Obrigado, senhor presidente. Obrigado, vereadora. O projeto continua em discussão. Não havendo manifestações, coloque em votação. Quem estiver de acordo, permaneça como está. Quem for contrário, que se manifeste. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 56, de 6 de dezembro de 2023. Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, COMPEDEC, o Conselho Municipal de Defesa Civil e o Fundo Municipal de Defesa Civil do município e das outras providências. O relator é o vereador Vilmar Inácio Pelin. Obrigado,

senhor presidente. O projeto é um pouco extenso, então eu tentei resumir ele o máximo possível, mas a população tem que ficar esclarecida do que se refere o projeto. Então, o artigo primeiro, ele cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, Compdec, subordinada diretamente ao gabinete do prefeito municipal. O artigo segundo conceitua, para fins dessa lei, o que é defesa civil, o que são desastres, o que são situações de emergência, o que é o estado em calamidade pública, o que são as ações de socorro, ações de assistência às vítimas, ações de restabelecimento de serviços essenciais, ações de reconstrução e ações de prevenção. Já lá no artigo 4º coloca o Compdec integrando o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. O O artigo quinto define as competências do Compdec. Aqui eu vou citar algumas, tem cerca de 15, mas enfim, são competências. Planejar e coordenar as ações da defesa civil a nível de município. Capacitar pessoas para as ações de defesa civil. Vistoriar as edificações em áreas de risco. Avaliar danos e prejuízos causados por desastres. Propor ao prefeito a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública. Tem outras, mas essas são as principais. Já o artigo 8º fala sobre a composição da COMPDEC, aliás. É a própria coordenadoria que compõe a COMPDEC, que já no artigo, no parágrafo O primeiro diz que será composta por um coordenador e dois coordenadores adjuntos, nomeados pelo prefeito, além da própria coordenadoria o Conselho Municipal de Defesa Civil e o setor operativo. O parágrafo segundo determina que os servidores designados não receberão remuneração extra para o desempenho da função, assim como também a função não pode ficar prejudicada pelo desempenho na atividade do Compdec. O artigo sétimo fala das competências do coordenador, o artigo oitavo disciplina as competências do Compdec, o artigo nono cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa civil, que terá dez membros, sendo cinco membros do Executivo e cinco membros de órgãos não governamentais, para segurar o equilíbrio de forças, como já foi comentado esses dias, que tem que ser número ímpar, mas não, já se tem o entendimento, tem que ser número par, porque senão, se o prefeito não tenha cinco para ele e quatro para as organizações não governamentais, ele sempre tem a maioria. Então, para o lado executivo, são cinco titulares e cinco suplentes. Um representante da Secretaria de Obras, Aviação e Trânsito. Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Inclusão Social. Um representante da Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Um representante da Secretaria da Saúde. E um representante da Secretaria de Administração e Finanças. Pelos órgãos não governamentais, que são aqueles que não participam das atividades de executivo, tem um representante dos bombeiros voluntários, creio eu que seja de Tapejara, a lei não cita, mas é eles que nos atendem. Inclusive nós auxiliamos eles, pelo atendimento que eles nos prestam. Um representante da Brigada Militar, um representante da Legacia de Polícia Civil, um representante da EMATER e um representante indicado pelo Legislativo Municipal. O mandato será de dois anos, podendo haver recondução. O presidente, o vice -presidente e o secretário são eleitos pelos conselheiros, não são indicados pelo prefeito, então é o próprio

conselho que vai eleger o presidente. E, igualmente, os membros do Conselho não receberão remuneração exceto despesas com viagens, quando há serviço para fora do município, despesas de alimentação e pousada, claro que devidamente comprovadas. O artigo 10º determina os representantes do setor operativo do Compdec. São sete membros, aqueles que vão fazer a operacionalização. Então é um representante da Secretaria de Aviação e Trânsito, um representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, um representante da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, um representante da Secretaria da Saúde, um representante do Corpo de Bombeiros Voluntários, um representante da Brigada Militar e outro representante da Delegacia de polícia civil. O artigo 11 define as competências do setor operacional do COMPDEC. O artigo terceiro, que eu acho que é um dos mais importantes, cria o Fundo Municipal de Defesa Civil, o FUNDEC, cuja finalidade é captar e gerir os recursos financeiros. Isso dá autorização para que o fundo abra um CNPJ e que vai lidar a personalidade jurídica. Será administrado pelo prefeito em conjunto com a comissão gestora que é instituída pelo artigo 17º logo a seguir. Será constituída por cinco membros. Um secretário, um representante da Secretaria da Administração e Finanças, um representante da Secretaria de Obras de Ação e Trânsito, um representante da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, um representante da Secretaria da Saúde e um representante da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social. Da mesma forma, que os demais componentes, a comissão gestora não irá receber remuneração extra pelos trabalhos prestados e nem pode o serviço público ser prejudicado pela falta desses membros. O artigo 19 nomeia o prefeito como gestor dos recursos do fundo, ou seja, o ordenador da despesa é o prefeito, aquele que responde perante o Tribunal de Contas e tudo mais pelas despesas e é o responsável pela movimentação financeira do fundo. O artigo 20 autoriza o prefeito, através do Compdec, a efetuar de maneira emergencial aquisições diversas necessárias para o atendimento das necessidades decorrentes de situação de emergência ou de calamidade pública, como também fica autorizada a doação dessas aquisições para as famílias atingidas. Ou seja, dê um vendaval à cidade de Ibiaçá, essa lei já está autorizando o prefeito a fazer aquisições de maneira emergencial, de comprar telhas de brasilite e ao mesmo tempo dar de graça para as pessoas atingidas. Já estamos autorizando o prefeito a fazer isso. O artigo 21 autoriza a abertura de um crédito adicional por meio do decreto para atendimento das despesas da presente lei. Por que a abertura do crédito adicional? Porque essa atividade não estava prevista no orçamento. Então necessita de se abrir um crédito especial, não que o prefeito colocará recursos lá no fundo, mas se porventura o município receber recursos do Estado, da Defesa Civil do Estado e recursos da União, por uma eventual calamidade, assim como aconteceu ali no Rio dos Sinos, então já está aberta as rubricas, já está constituído o fundo e esse dinheiro entrará nas contas específicas. O artigo 22 inclui então essas disposições desta lei no PP, no PPA, que é o Plano Plurianual, e na LDO de 2023, que é igual ao orçamento, não estavam inclusas. Por fim, presidente, os motivos que levam a criação desse órgão e do fundo é uma exigência dos órgãos de defesa civil na esfera

estadual e federal, para que o município esteja habilitado a receber os recursos dos governos estadual e federal. Se ocorrer uma tragédia aqui em Ibiacá, que se destine em recursos, nós já estamos habilitados. E também para incluir a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil como órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Então também a nível federal a gente vai estar incluído lá nos órgãos da administração federal. A gente teve, acho que não chegou a necessidade de decretar a estrada de calamidade pública, mas as chuvas aí prejudicaram um monte, aí vejo os vereadores falando das estradas. Enfim, se por acaso destinarem algum recurso para essas coisas, a gente já tem o fundo para que assim seja destinado aos velhos. Sou totalmente favorável ao projeto e peço que os demais também aprovem. Obrigado, Presidente. Obrigado, vereador Chiquinho. Mantenha o projeto em discussão. Não havendo manifestações, se coloquem em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está, quem for contrário que se manifeste. Aprovado por unanimidade. Projeto de Lei nº 57 de 2023, de 6 de dezembro de 2023. Altera a tabela 10, plano de amortização do artigo 13 da Lei Municipal 1047 de 2022 e das outras providências. O relator é o vereador Auxílio Stefani. Senhor Presidente, esse projeto, eu busquei umas informações, então eu vou dar uma lida um pouco nessas informações. Esse projeto de lei altera, no artigo 13 ali, a lei 10, que é uma lei municipal, aquela que regulamenta o regime da previdência dos funcionários públicos do município também chamado de fundão. É mais conhecido aí para os funcionários e o pessoal que ouve. Então essa alteração é com base no cálculo atuarial, que é um cálculo que tem que ser feito todo ano e estudar toda a receita arrecadada do fundão para ver se o fundão tem capacidade de se manter e pagar a aposentadoria de quem já está aposentado do trabalho. Depois de regulamentada este cálculo foi verificado a necessidade de alterar os percentuais de arrecadação para que o fundão possa se manter equilibrado e pagar as aposentadorias de quem já se aposentou e de quem vai se aposentar. Então foi buscada essa informação juntamente, eu mais conhecia o Copelli, é um dos representantes do fundão e ele ele prontamente explicou como funciona, que é um meio importante a realizar este estudo, para que nossos funcionários, que todo mês arrecada um valor lá na sua folha de pagamento, possam ir receber os direitos de aposentadoria no futuro. Então eu acho que esse cálculo é feito todo ano, então é para dar essa lei que a gente está aprovando. Então eu acho que é importante eles fazerem esse estudo para que, futuramente, quem está trabalhando hoje possa receber os seus direitos também. Eu acho que praticamente eram essas minhas colocações. mas eu sou favorável a esse projeto e peço aos demais que votem do jeito que entenderem o projeto aí, que é um projeto que a gente só pega informação porque a gente não tem muito estudo dele. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, vereador Alcir. Mantenha o projeto em discussão. Com a palavra o vereador Chiquinho. Obrigado, Sr. Presidente. Queria dizer para o Alcir, vereador Alcir, que eu também não tenho muito estudo da matéria, mas vou atrás. E por isso que vou fazer algumas colocações. Conversando com a Fernanda, conversei com o Copelli também, conversando com a Fernanda, ela é agora a gestora do fundo, e ela estava me

explicando porque que as alíquotas foram majoradas. Em 2023, essa alíquota que é só da parte patronal, tá? Isso não é descontado funcionário. Funcionário desconta 14 % sobre a folha de pagamento e a prefeitura coloca mais 14%. Esse passivo autorial é do passado que enquanto não tinha fundão, que é só a cargo do município de Ibiaçá. Então a líquida foi majorada de 17,59 para 21%. Isso é uma despesa anual para o município de R \$ 1 .515 .687 ,61. Pagos durante os 12 meses de 2024, ou seja, uma despesa de R \$ 126 .307 ,30. Não há mais, mas ela foi valorizada de 17 para 21%. Então, a despesa patronal no ano de 2024 para o município é de R \$ 1 .515 .687. Segundo a Fernanda, hoje o município paga, entre a parte patronal sobre a Folha e sobre esse passivo atuarial, R \$ 181 mil por mês. E ela estava me explicando um dos motivos que aumentou a líquida. Um dos motivos é porque houve aposentadorias, houve pedido de demissões e o prefeito não contratou gente. Às vezes por não precisar. Podia até nomear alguém, mas não contratou gente. O que que ocorre? Mas por que isso? Porque aquele servidor aposentado, aquele servidor que pediu demissão, ele para de contribuir para o fundo. Então parou de entrar recursos ali de 5, 10 servidores que se aposentaram ou saíram. Mas em compensação, não entrou recursos, mas o fundo continua todo mês bancando aposentadoria desse pessoal. Então, esse é um dos motivos que foi majorado a líquido. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Chiquinho. Mantenham em discussão o projeto. Não havendo manifestações, coloquem votação. Quem estiver de acordo, permaneça como está. Quem for contrário, que se manifeste. Aprovado por unanimidade. Indicação número 17 de 2023, de autoria do vereador Vilmar Inácio Pelin. Solicito ao secretário que faça a leitura da indicação. Sr. Presidente, a presente indicação tem por objetivo sugerir ao Executivo Municipal a construção de um quebra -molas na Rua Júlio de Castilhos, antes do entroncamento com a Rua Carlos Panseira, principalmente no sentido Ibiaçá -Tapejara. Essa indicação é uma reivindicação de algumas pessoas que têm atividades comerciais naquela região, que vêm constantemente o perigo de acidentes de trânsito naquele entroncamento. Haja visto que é um entroncamento com bastante tráfego de veículos, pois dá acesso à cidade de Tapejara, e o sentido de preferencial naquela via é um tanto complicado. Se possível que o quebra -molas seja construído nos moldes de uma elevada, ou seja, na mesma altura das calçadas, pintado com faixas de pedestres, para que desta forma possibilite e facilite a travessia de cadeirantes e idosos. Antecipadamente, agradeço a atenção do Executivo Municipal e, na certeza que o pedido será atendido, renovo meus protestos de grande estima e elevada consideração para, com vossa excelência, atenciosamente, o vereador Vilmar Inácio Pelin, Partido Progressista. Obrigado, secretário. Com a palavra, o vereador Presidente, então, de maneira bem breve, a leitura da indicação já diz, só atendendo uma reivindicação das pessoas que têm comércio ali, em especial ao Milton, nosso amigo Teixeira, que me pediu para que fizesse a indicação, para que se providenciasse que ali realmente aquele entroncamento da Rua Carlos Panseira com a Rua Júlio de Castilhos, ele é bem movimentado de caminhões, veículos e pedestres, inclusive, ciclistas, e fica meio perigoso. Então, se conseguisse colocar um quebra -mola antes, naquela placa que

tem de pare, mais ou menos um pouco adiante daquele canteiro de obras, já seria ideal. E pedi inclusive que o prefeito fizesse no molde de uma elevada, ou seja, a parte de cima plana, já pintada com faixas de pedestre, que assim dá acesso a cadeirantes também, que porventura tem que passar por ali, e é plano, a cadeira de rodas não iria ficar naquele declive, e também para pessoas idosas seria bem mais fácil de passar. Então, nesse sentido, senhor presidente, essa é a indicação. Obrigado. Obrigado, vereador Chiquinho. Deixo a palavra e a disposição sobre a indicação. não havendo manifestações, solicito que seja encaminhada a um órgão competente. Palavra fica agora à disposição dos líderes de bancada. Presidente, questão de ordem. Tenho o direito de dois minutinhos, um direito de defesa. Fui citado numa calúnia que tem mentiras aqui. Não, o senhor pode usar o tempo de líder. Com a palavra, o vereador Ferpa, líder do do PDT? A palavra está com a vereadora Diana. Então, por último e não menos importante, eu queria só contribuir com a fala do Alce da questão dos Vales Saúde, da Secretaria de Saúde. Então, não eram todos os pacientes que eram levados de Vale, eram casos esporádicos e com o consentimento do paciente, no caso, aqueles pacientes que tinham condição, que conseguiam se virar, e eu acho que o Al se colocou muito bem ali, que eles chegavam na rodoviária e um carro pegava eles e levava ao destino, se fosse hospital, se fosse laboratório, clínicas. Então, simplesmente, eles não iam só de Vale Saúde, eles eram assessorados pela empresa. Outra questão que eu queria deixar clara aqui no Tempo de Líder é falar que estamos aqui para ouvir as demandas da população, para discutir os projetos aqui dentro e dialogar. Agora, ficar usando um ego inflado para menosprezar ou até mesmo diminuir o outro está mais do que na hora de ser distinto desta casa. Não estamos aqui para dizer qual administração foi melhor ou é melhor, fez melhor ou deixou de fazer. Todos, exatamente todos os partidos que passaram pela administração do município contribuíram para a Ibiacá estar onde está hoje. Então eu fiquei 30 dias afastada e, na última sessão, ouvi da minha casa. E eu acho uma falta de ética, uma falta de educação e respeito com quem está aqui, com quem está em casa ouvindo e com a população que escuta. Uma boa política, deixar uma última frase aqui, uma boa política ela depende das críticas construtivas sim, mas ela depende principalmente de agentes políticos que respeitem opiniões contrárias e ideologias políticas também. Então era isso, senhor presidente, só para ocupar o nosso tempo de líder de hoje, tá? Obrigado, vereadora Diana. Vereador Edmar, com a palavra o vereador Chiquinho. Obrigado, presidente. A gente ia usar o espaço de líder para falar sobre educação, mas, infelizmente, como não foi concedido o direito de defesa, eu tenho que me manifestar sobre as falas do meu colega Alci. Primeiro dizer, Alcir, que eu me referi ao Tipinho e eu estava falando do vereador. Eu citei nome. Se tu não conseguiu interpretar o que eu falei, escuta de novo, tá gravado, leia. Talvez na leitura a gente não consiga ter uma interpretação. Mas eu falei o nome do vereador. Eu não citei palavras ao vento. Outra coisa fundamental. Tenho educação do meu pai, da minha mãe, da humildade e nunca menosprezei pessoas que falam errado. Seja por falta de estudo, seja por qualquer Respeito, você sempre disse que você tem o primeiro grau, excelente, não tenho nada a ver, você

não consegui fazer o estudo, mas nunca tratei você de forma pejorativa porque se por acaso alguma vez você falou errado, e de maneira nenhuma me referi aqui a pessoas que porventura falem errado, isso eu tenho educação de casa para reconhecer que às vezes eu também falo errado. Já falei aqui já mesmo. Às vezes me disseram – tu falou tal coisa, tá errado. Então, não sou eu que vou criticar por pessoas que falam errado. Jamais vou falar isso. E eu volto a dizer, eu citei o nome do vereador e não das pessoas que lá se manifestaram. Então, isso é uma mentira. Eu fui claramente citei o nome do vereador. Rodinei Bosa, se não me engano. Então, tá reforçado. Foi exclusivamente Ranieri. Esse mesmo. Então, não me manifestei de forma nenhuma contra a opinião dos demais. Eu defendi o meu município. Eu defendi o meu município. Por quê? Volto quis me referir e que ele se detenha a avaliar os projetos lá do município dele. Também reforçando um pouco o vereador Diana, falei que eu não quis falar mal da administração passada. Eu fiz críticas, porque a população tem que saber o que aconteceu e quem foi o responsável por aquelas medidas. Então se tu fala que tu aceita críticas construtivas e nós temos que aceitar opinião contrária, é a minha opinião contrária. Então eu não falei que eu não aceito a tua, eu expus a minha, somente isso. E lamentar mais uma vez que a gente tinha matérias mais importantes para levar para a população e a gente tem que usar o espaço de líder para se defender de uma mentira Obrigado, presidente. Obrigado, vereador Chiquinho. O vereador Alcir. Só para lembrar aqui, então está aqui, escrito, quanta arrogância, bem tipo daquele povo ali, da maioria daquele povo que estava lá. Tudo bem, mas aqui não tem de Lagoa Vermelha. É a sua interpretação. Então eu acho que a gente tem que ouvir, e eu não gostei dessas palavras, simplesmente eu disse aqui, me manifestei, das palavras onde a gente, quem ouviu e disse, diz ó, ele acha que pode ser melhor que os outros, não, tudo bem, mas isso tudo a gente sabe que tem, mas eu acho que é uma coisa importante. Outra coisa importante que só eu queria colocar, até esqueci, primeiro ia colocar no tempo, é assim ó, eu acho que todos os colegas sabem também, a gente fica falando muitas vezes querendo explicar coisas de fora e daqui vamos se referir então ao nosso município, a gente tá, então acho que para os municípios eu só queria lembrar aqui que o presidente colocou o PAC de volta, onde na época da Dilma veio umas máquinas no PAC para o município. Hoje ficou aberto três meses aqui, o PAC investimento. Era para os municípios do Brasil inteiro se inscrever, se precisasse alguma coisa. Então dava de se inscrever lá no PAC, então eu acho que Ibiçá é um lugar que eu acho que nós precisaríamos de alguma coisa também para que a gente pudesse se inscrever lá. A gente fala aqui que falta escola, falta sala de aula, a gente podia se inscrever para o investimento de asfalto. Então, eu acho... E onde é o município de Ibiçá? Pelo que a gente está a par, não sei se eu posso não ter achado tudo, só se inscreveu com ônibus. Então, lá não. Onde diz que é para se inscrever lá, está escrito somente um ônibus. Eu acho que é muito pouco. Eu acho que o município podia ter se inscrito com mais e ter a grandeza de pedir para os vereadores, não, vamos pegar o nosso deputado, vamos pressionar lá, porque eles têm como pressionar para liberar essas emendas para Então, cada um faz a campanha do jeito que achar melhor, mas a gente tem essa, eu acho que



tem essa obrigação de colocar isso também, cadastrar essas coisas e pedir para os nossos deputados que são, não importa o partido, se um partido é melhor que o outro, na minha opinião não, são todos eles iguais, tem gente boa em todos os partidos e tem ruim em todos os partidos. Então, acho que era essa a colocação que eu acabei de fazer aqui, que eu queria colocar por hoje. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, vereador Alcir. O município se inscreveu justamente naquilo que, na minha opinião, não necessita, porque tem dois ônibus encostados lá em cima no barracão. Dois ônibus em bom estado e o município se cadastrou para receber mais um ônibus. Para finalizar, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária. Lembrando que a sessão que seria realizada no dia 25 de dezembro, ela foi antecipada para o dia 21 de dezembro, conforme o comunicado realizado pelo secretário. Agradeço a presença de todos que nos acompanharam nessa sessão ordinária.

Ver. Silmara Pereira Matos  
**Secretario da Mesa Diretora**

Ver. Marcelo Corso  
**Presidente da Mesa Diretora**